



CONTROLADORIA

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA – ESTADO DE ALAGOAS

**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
EXERCÍCIO 2022**

JEQUIÁ DA PRAIA/AL

PARECER CGMJEQUIÁ/GOVERNO

A **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação vigente, em atendimento à exigência do item 26 do anexo I, da Resolução TC de nº 001/2016, no que se refere às contas de GOVERNO prestadas pelo então Prefeito do Município relativas ao exercício de 2022, notadamente no que diz respeito ao cumprimento das disposições constitucionais e legais relativa à forma e ao conteúdo dos demonstrativos e demais documentos apresentados a este Órgão de controle em tempo hábil, foi possível observar que: **CONSIDERANDO** a documentação acostada aos autos, concluímos:

1. O Executivo Municipal não realizou operação de crédito, não havendo, portanto, nenhum descumprimento as normas legais atinentes à matéria.
2. O Poder Executivo Municipal possui quadro de pessoal instituído por lei, contudo, o quantitativo apresentado atualmente se encontra em conformidade com a legislação vigente.
3. O Patrimônio Municipal está em fase de implantação com o tombamento de todos os bens móveis e registro de imóveis que foram adquiridos no exercício de 2022, através de modernização de sistemas e capacitação de pessoal;
4. O Ente Municipal realiza de forma eficiente as cobranças legais de impostos e taxas a ele impostas, com sistema em fase de modernização e adaptação aos sistemas a fim de cumprir as determinações legais;
5. O Ente Municipal possui subsídios compatíveis com os previstos em Legislação Própria, atinentes aos cargos de Prefeito, Vice Prefeito e Secretários Municipais;
6. O Sistema de Controle Interno Municipal é de natureza de Avaliação e Fiscalização, conforme legislação vigente, estando incumbido de orientar, apontar falhas e fiscalizar. Em razão disto, não realiza análises prévias, não emitindo, portanto, manifestação em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres, cabendo esta responsabilidade ao setor competente, à Procuradoria Jurídica juntamente com a Comissão Permanente de Licitação.
7. Os processos de realização de despesas em sua totalidade não foram submetidos previamente à verificação e análise do Controle Interno.
8. O Poder Executivo tem implantado em seus órgãos Almoxarifado, contudo, ainda em fase de implantação, estando limitadas as ações respectivas.
9. O Poder Executivo Municipal possui Legislação determinando valor e disciplinando a concessão de diárias.



10. O Município possui Comissão Permanente de Licitação Regular e Setor de Compra, os quais são responsáveis pelos processos de compras de materiais e serviços e demais controles, nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

NOTA EXPLICATIVA:

Oportuno, salientar que esta Unidade Central de Controle Interno, não se encontra estruturada com servidores técnicos de carreira, uma vez que ainda não foi realizado concurso público. Além disso, não há colaboradores suficientes para realizar e cumprir com todas as ações e responsabilidades despendidas aos órgãos de Controle Interno. Sendo assim, plausível esclarecer que examinamos apenas os pontos de controle indicados no relatório, referente à prestação de contas anual do exercício de 2022. Considerando o escopo dos pontos analisados neste documento, informamos que não constatamos irregularidades, por isso em nossa opinião as demais peças que foram analisadas, representam ADEQUADAMENTE.

Jequiá da Praia/AL, 28 de abril de 2023.

Aline Oliveira Lima

Controladora Geral do Município



QUESTIONÁRIO ACCI ANEXO I - PODER EXECUTIVO 2022

CNPJ: 02.917.132/0001-08

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

41) Houve cumprimento do limite da dívida consolidada?

Sim () Não

42) Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?

Sim () Não

43) Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência?

() Sim (X) Não

44) Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores? () Sim (X)

Não

45) Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?

() Sim (X) Não

46) Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária?()

Sim (X) Não

47) Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios?

Sim () Não

48) Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?

Sim () Não

49) Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica?

Sim () Não

50) A despesa com pessoal aumentou nos últimos 180 dias do mandato?() Sim

Não



71) As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

(X) Sim () Não

72) O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

(X) Sim () Não

73) O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

(X) Sim () Não

74) O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

(X) Sim () Não

75) Ocorreram fatos que requeressem a limitação de empenhos?() Sim

(X) Não

76) Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos no art. 9º, da LC nº 101/00? () Sim (X) Não

77) O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000?

(X) Sim () Não

78) O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança?

(X) Sim () Não

79) O orçamento foi superestimado?()

Sim (X) Não

80) O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei?

(X) Sim () Não



66) O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação?

Sim Não

67) O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas?

Sim Não

68) É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)?

Sim Não

69) Houve despesa ordenada sem a autorização legal? Sim

Não

70) A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais?

Sim Não

86) Houve despesa não empenha de competência do referente período?

Sim Não

88) Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Sim Não

89) Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar? Sim

Não

90) Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Sim Não

87) Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade?

Sim Não

65) Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal?

56) Os servidores foram admitidos através de concurso público?

Sim Não

57) Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?

Sim Não

58) Existem servidores contratados por tempo determinado?

Sim Não

59) Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados?

Sim Não

60) Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)? Sim

Não

61) Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?

Sim Não

62) Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)?

Sim Não

63) Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente?

Sim Não

64) Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas? Sim

Não



82) Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei?

(X) Sim () Não

83) Existe análise e manifestação do responsável pelo Controle Interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres? () Sim (X) Não

84) Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno? () Sim (X) Não

85) Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados? () Sim (X) Não

91) O Poder Executivo tem implantada em seus órgãos, a conta Almojarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício? (X) Sim () Não

92) O registro da conta Almojarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público? (X) Sim () Não

93) Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias? (X) Sim () Não

94) O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular? (X) Sim () Não

95) Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão? (X) Sim () Não

96) Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?

Sim Não

97) O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal?

Sim Não

98) Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:

Diante da situação do controle, permanece com déficit de técnicos, o que nos resta prejudicado a análise minuciosa dos documentos e demais demonstrativos contábeis, não temos como apontar irregularidades neste momento.

99) NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto as falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas):

Diante da situação do controle, permanece com déficit de técnicos, o que nos resta prejudicado a análise minuciosa dos documentos e demais demonstrativos contábeis, não temos como apontar irregularidades ou tomar providências neste momento.

11) Foi ordenada operação de crédito, sem autorização legislativa? Sim

Não

12) As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado? Sim Não

Não

13) O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?

Sim Não

14) Foi prestada garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra-garantia em valor igual ou superior?

Sim Não

15) A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício? Sim Não

Sim Não

17) O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?

Sim Não

18) As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada?

Sim Não

19) As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades?

Sim Não

20) As disponibilidades do RPPS estão aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira?

Sim Não

16) A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício?

Sim Não

6) A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF? Sim

Não

7) O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso? Sim

Não

8) A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?

Sim Não

9) Houve realização de operação de crédito?

Sim Não

10) Qual a modalidade da Operação de Crédito?

operação de crédito interna

operação de crédito externa

por antecipação da receita (ARO)

Não se Aplica

36) As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal?

Sim Não

37) Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho?

Sim Não

38) Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior? Sim

Não

39) Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento?

Sim Não

40) Houve assunção de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato, de obrigação de despesa que não tenha sido cumprida integralmente no referido período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito?

Sim Não

1) Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS?

Sim Não

3) Possui entidade da Administração Pública Indireta?

Sim Não

4) O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestre anterior, em audiência pública?

Sim Não

5) Onde foi realizada audiência pública?

Câmara de Vereadores

2) Lei de Instituição do Controle Interno:

Lei Municipal nº 116 de 02 de maio de 2011

21) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação?

Sim Não

22) Existem obras paralisadas?

Sim Não

23) Existem obras em andamento?

Sim Não

24) O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?

Sim Não

25) Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?

Sim Não

26) Houve abertura de créditos adicionais?

Sim Não

27) Foram publicados os decretos de contratação de operações de crédito no exercício, mediante leis autorizativas?

Sim Não

29) Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?

Sim Não

28) As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?

Sim Não

30) Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?

Sim Não

31) Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?

Sim Não



(X) Sim () Não

33) Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício?

(X) Sim () Não

34) Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?

(X) Sim () Não

35) Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local?

(X) Sim () Não

51) Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?

(X) Sim () Não

52) A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal? () Sim (X) Não

53) A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal? () Sim (X) Não

54) O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?

(X) Sim () Não

55) O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?

(X) Sim () Não